

# IV

## História da África: novas abordagens\*

Marina Gusmão de Mendonça<sup>1</sup>

*A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isto dizer que a sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições naturais e que deve ser aqui apresentado apenas como no limiar da história do mundo. Hegel*

*Pode ser que, no futuro, haja uma história da África para ser ensinada. No presente, porém, ela não existe; o que existe é a história dos europeus na África. O resto são trevas, e as trevas não constituem tema de história. Hugh Trevor-Hoper*

Os dois comentários acima constituem um emblema da visão ocidental sobre a História da África, na qual a desqualificação e o preconceito têm sido a tônica. Para os ocidentais, a África não tem história, e tudo o que se conhece foi concebido apenas a partir da colonização europeia<sup>2</sup>.

Esta visão faz parte de uma concepção eurocêntrica e, evidentemente, racista do mundo, e se configura, por si só, como uma justificativa para a domi-

---

\*DOI – 10.29388/978-65-86678-09-3-0-f.67-88

<sup>1</sup> Bacharel em História e em Direito pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre e Doutora em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); possui Pós-Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Marília; Professora Adjunta do Departamento de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – campus de Osasco; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – campus de Marília (endereço eletrônico: marinamendonca@uol.com.br).

<sup>2</sup> Como apontou Joseph Ki-Zerbo, além de Hegel e Hugh Trevor-Hoper, muitos outros autores assumiram a mesma posição, como são os casos do historiador britânico Reginald Coupland (1884-1952) e dos historiadores franceses Pierre Gaxotte (1895-1982) e Charles-André Julien (1891-1991) (veja-se: KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d., v. 1, pp. 10-11).

nação, uma vez que povos ditos primitivos teriam sido trazidos à luz e à própria História pelo contato com o branco europeu. Como bem salientou Muryatan Santana Barbosa, “o eurocentrismo é [...] ideologia e paradigma, cujo cerne é uma estrutura mental de caráter provinciano, fundada na crença da superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu-ocidental”<sup>3</sup>.

Segundo essa perspectiva, os africanos não constituiriam sujeitos da História, mas apenas objetos, porquanto esta seria conduzida pelos povos supostamente civilizados e que, por esse motivo, fariam essa História. Porém, como bem assinalou Eric Hobsbawm,

[...] nenhuma tribo ou comunidade é ou jamais foi uma ilha, e o mundo, uma totalidade de processos interligados ou sistema, não é e nunca foi uma soma de grupos humanos e culturas independentes. O que se manifesta como imutável e auto-reprodutor não é somente o resultado do enfrentamento do processo constante e complexo de tensões internas e externas, mas muitas vezes produto de transformação histórica. [...] **Não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela.** Sua história, como a nossa, é incompreensível fora de sua inserção em um mundo mais amplo [...] e, certamente, no último milênio, não pode ser entendida exceto por meio das intersecções de diferentes tipos de organização social, cada um modificado por interação com os demais. [...] O importante é que a história consiste da interação de entidades sociais diversamente estruturadas (e geograficamente distribuídas) que mutuamente se remodelam [...] Nem a ‘Europa’ nem os ‘povos sem história’ em suas várias versões dos modos pré-capitalistas teriam se desenvolvido inteiramente da maneira pela qual cada um o fez sem os demais<sup>4</sup>.

Ou seja, a África, assim como as demais regiões do mundo, tem sim uma História, e seu estudo se faz necessário para que se possa compreendê-la, inclusive nas suas interações com outras civilizações e culturas. Portanto, há uma necessidade premente de se estudar e escrever a História da África, mas de um prisma africano, isto é, sob uma perspectiva que veja os africanos como sujeitos e não como objetos da História.

---

<sup>3</sup> BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, história e história da África. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. São Paulo, nº 1, junho/2008, p. 47.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, Eric J. Todo povo tem história In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, cap. 12, pp. 186-190 (grifos nossos – MGM).

## O desenvolvimento de uma História da África

Para que se possa analisar a evolução dos estudos históricos sobre a África, devemos considerar, antes de tudo, a existência de quatro grandes momentos de inflexão no seu desenvolvimento: 1) o período de introdução do conhecimento escrito, ocorrido a partir da expansão islâmica no Norte da África; 2) a expedição de Napoleão ao Egito, em 1798, que, ao revelar a imensa riqueza arqueológica da antiga civilização egípcia, tornou impossível ignorar a existência de uma História da África; 3) o momento da expansão colonial europeia, no século XIX, que levou ao estabelecimento de um ponto de vista europeu para a História da África; e 4) a década de 1930, quando se iniciou o movimento de modernização do Islã, surgiu a educação europeia na África e desenvolveu-se o nacionalismo entre as populações africanas, permitindo o aparecimento de escolas autóctones de História. A partir dessa consideração, é possível traçar as linhas gerais da evolução da História da África, desde a Antiguidade até os dias atuais.

Com efeito, na Antiguidade quase não se verificaram registros sobre a África Ocidental. O que encontramos são relatos sobre o Saara, sobre as incursões marítimas na costa Atlântica e informações de mercadores do Mediterrâneo sobre as regiões do Mar Vermelho e do Oceano Índico.

No período correspondente à Idade Média, porém, aumentam significativamente os relatos disponíveis, desenvolvidos principalmente por autores árabes, que fizeram descrições a partir de informações obtidas na época em que escreveram. Esse conhecimento pôde se expandir consideravelmente por meio da ampliação dos contatos comerciais, ou seja, das trocas realizadas por caravanas de camelos no Saara, do estabelecimento de comerciantes nas principais cidades do Sudão Ocidental e do comércio entre as costas oriental e ocidental. Mediante a introdução da escrita árabe na África tropical e no Sudão, os povos negros passaram a utilizar essa forma de registro, sem, contudo, abandonar as tradições orais.

No século XV, encontram-se os primeiros relatos realizados por europeus, a partir dos contatos estabelecidos com as regiões costeiras da África tropical. Porém, foi somente no século XVIII que surgiram trabalhos históricos e geográficos sobre o continente, com a utilização de fontes descritivas. A maioria dessas obras seria publicada em função dos debates desenvolvidos na ocasião em torno da questão do tráfico negreiro, embora se note a acentuação da tendência europeia de desconsiderar os povos não-europeus. Dessa forma, divulgaram-se, nessa época, as ideias de que a África

não possui história, de que a supremacia europeia em relação ao conhecimento é incontestável e de que, na verdade, a História da Europa constitui a chave para a compreensão do mundo.

No século XIX, a declaração de Hegel, feita em seu Curso de Filosofia da História, em 1830 – “*A África não é uma parte histórica do mundo*”<sup>5</sup> - passaria a ser francamente aceita, fato que se manifesta até os dias de hoje. Isto permitiria o desenvolvimento de uma justificativa para a exploração real, moderna e científica do continente. Ou seja: ao mesmo tempo em que se combatia a escravidão e o tráfico, porquanto incompatíveis com o estágio de desenvolvimento do capitalismo, preparava-se uma acirrada disputa pelos mercados africanos.

No final do século XIX, a partilha da África traria a necessidade de sua justificativa moral. Isso levou ao reforço da visão hegeliana e à aplicação, aos povos africanos, do darwinismo social de Herbert Spencer<sup>6</sup>. A concepção de que a África não tem história seria aprofundada pelo surgimento da Antropologia como ciência, com seus métodos não históricos de estudar povos primitivos, e pelo desenvolvimento do cientificismo alemão, que via o trabalho do historiador fundado exclusivamente em análises de fontes originais e escritas, o que, evidentemente, não se aplicava à África.

Na primeira metade do século XX, tratava-se de organizar as colônias e fazê-las produzir em benefício das metrópoles europeias. Para tanto, era necessário justificar a presença do colonizador, o que se fez não só por meio das já mencionadas alegações de caráter “moral” mas, também, mediante o desenvolvimento de pesquisas que trouxessem à luz algum conhecimento sobre a África. Desenvolveu-se, assim, a Arqueologia que, no entanto, não mostrou qualquer interesse pela África negra, limitando-se a enfatizar o estudo da História Antiga e das origens do homem.

Por outro lado, as pesquisas realizadas por linguistas e antropólogos não permitiam o aprofundamento do conhecimento sobre o continente, porquanto limitavam-se a descrições sobre a variedade de tipos físicos, de sociedades e de línguas existentes. Finalmente, verificou-se o aparecimento de uma ampla literatura produzida por amadores que, como participantes da conquista e da colonização, não contribuíam para o desenvolvimento de um conhecimento do ponto de vista africano. Mesmo a Antropologia funcionalista

---

<sup>5</sup> HEGEL apud KI-ZERBO, Joseph, s.d., op. cit., v. 1, p. 10.

<sup>6</sup> Veja-se: SPENCER, Herbert. *El hombre contra el Estado*. Buenos Aires: Aguilar, 1963.

de Malinowski<sup>7</sup> e Radcliffe-Brown<sup>8</sup> desencorajava o surgimento de uma História baseada em conjecturas.

À medida que avançava a colonização e crescia o interesse dos europeus, foram organizadas as estruturas coloniais, com o estabelecimento de sistemas educacionais. Isso acabaria por incentivar nos africanos o desenvolvimento de uma cultura escrita, estimulando o interesse pela História por parte daqueles grupos que adquiriram instrução dentro e fora da África. Por outro lado, a própria demanda por ensino levaria os africanos a registrarem o conhecimento sobre o povo, ao mesmo tempo em que o contato com missionários cristãos os levava a transcrever as tradições históricas orais.

A visão eurocêntrica da História sofreria um forte golpe na década de 1930, com os debates conduzidos principalmente por Marc Bloch, Lucien Fèbvre e Fernand Braudel<sup>9</sup>, expoentes da *Escola dos Annales*, e que levantaram a necessidade de uma nova visão da História, que englobasse uma perspectiva totalizante.

Porém, não apenas a visão eurocêntrica, mas a própria noção da superioridade europeia seria profundamente abalada depois da Segunda Guerra Mundial. De fato, o morticínio provocado pelas duas grandes guerras, permeadas pela depressão iniciada em 1929, pelo advento da Revolução Russa e pelo avanço do nazi-fascismo, provocou uma fratura na confiança anteriormente depositada na suposta missão civilizatória europeia. Por outro lado, a destruição dos países europeus, sobrepujados economicamente pelos Estados Unidos (EUA), levou ao declínio da capacidade das antigas potências de manterem integralmente o domínio colonial. Como assinalou Joseph Ki-Zerbo,

[...] a guerra, que acabava pela revelação apocalíptica da energia nuclear sobre Hiroxima e Nagasáqui, representava uma viragem decisiva na história universal e em particular na história da África. Centenas de milhares de negros participaram nela em teatros de operações [...] variados [...]. Foi essa, para centenas de milhares de negros, a ocasião de uma desco-

---

<sup>7</sup> Bronislaw Kasper Malinowski (1884-1942) é considerado um dos fundadores da Antropologia social e criador da escola funcionalista (veja-se, a respeito: MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975).

<sup>8</sup> Alfred Reginald Radcliffe-Brown (1881-1955) é considerado um dos fundadores da Antropologia estruturo-funcionalista (vejam-se especialmente: RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Radcliffe-Brown: antropologia*. São Paulo: Ática, 1995; e *Sistemas africanos de parentesco y matrimonio*. Barcelona: Anagrama, 1982).

<sup>9</sup> Vejam-se: BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.; FÈBVRE, Lucien. *Combates por la historia*. Barcelona: Ariel, 1971; e BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1972.

berta brutal do homem branco, na sua verdade, sem máscara imperial nem ouropéis proconsulares<sup>10</sup>.

O desenvolvimento da História da África como disciplina específica e campo de pesquisa científica no pós-guerra seria resultado desses fatores. Por outro lado, como ressaltou Henk Wesseling,

[...] após 1945, o termo 'colonial' tornou-se cada vez mais sem atrativos, e os institutos que queriam continuar suas existências tiveram de encontrar nomes diferentes (de preferência neutros). Entretanto, não era simplesmente uma questão de trocar nomes. Houve também uma mudança de abordagem e de interesse. A história de além-mar desenvolveu-se em um campo de estudo muito mais amplo do que costumava ser a história colonial. Trata não somente dos sistemas coloniais e do encontro entre europeus e não-europeus em geral, mas também de história econômica, social, política e cultural dos povos não-europeus<sup>11</sup>.

A partir de então, pôde-se desenvolver uma perspectiva africana sobre a História. A própria administração colonial contribuiu para isso. Com efeito, a colonização francesa criou estruturas para formação de quadros e pesquisadores, tais como o *Comité d'Études Historiques et Cientifiques de l'AOF*<sup>12</sup>, o *Institut Français de l'Afrique Noire*, que passou a publicar um boletim em 1939, e a *Société Africaine de Culture*, criadora e divulgadora da revista *Présence Africaine*, publicada a partir de 1956. Dessa forma, na década de 1940, os intelectuais africanos passariam a definir o próprio enfoque sobre o passado, buscando fontes e definindo uma metodologia de pesquisa.

De outra parte, na Inglaterra, vários eventos contribuíram para o desenvolvimento de uma História da África. Exemplos disso são a publicação, em 1948, por William Ward, de uma História da Costa do Ouro<sup>13</sup>, a criação, na Universidade de Londres, do cargo de especialista em História da África, e o início de um programa de construção de universidades nas colônias. Todavia, deve-se salientar que, nessas instituições, os primeiros historiadores não eram africanos, tendo em vista a total ausência de quadros capacitados.

---

<sup>10</sup> KI-ZERBO, Joseph, s.d., op. cit., v. 2, p. 158.

<sup>11</sup> WESSELING, Henk. História de além-mar In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 98.

<sup>12</sup> Sigla para África Ocidental Francesa.

<sup>13</sup> Veja-se: WARD, William Ernest Frank. *A history of Ghana*. Nova York: Frederick Praeger, 1963.

Na evolução dessa perspectiva africana sobre a História, devemos considerar ainda a importância da publicação de *The Journal of African History*, em 1960, na Inglaterra, e a divulgação, nas décadas de 1950 e 1960, de quatro livros sobre o assunto, de autoria de estudiosos metropolitanos<sup>14</sup>: 1) *Old Africa rediscovered*, de Basil Davidson, em 1959; 2) *Histoire des peuples de l'Afrique Noire*, de Robert Cornevin, em 1960; 3) *A short history of Africa*, de Roland Oliver e John D. Fage, em 1962; e 4) *Afrique noire*, de Jean Suret-Canale, em 1958-1962<sup>15</sup>.

Como se vê, o movimento de independência e o interesse pela realidade africana acabariam por criar uma conjuntura política e intelectual favorável ao aparecimento de especialistas em História da África. Entre os pioneiros estão o nigeriano Kenneth Onwuko Dike, formado na Universidade de Londres, e os britânicos John Donnelly Fage, que lecionou na Universidade de Gana, John Desmond Hargreaves, que ensinou na Universidade de Serra Leoa, além de Christopher Wrigley e Cyril Erlich, professores do Makerere College, em Uganda. Quanto aos franceses, destacaram-se Joseph Ki-Zerbo, originário do Alto Volta, atual Burkina Fasso, e o Padre Engelbert Mveng, de Camarões, ambos educados na França, além de Raymond Mauny e Yves Person. Registre-se também o extraordinário trabalho sobre História Oral do belga Jan Vansina. E o Primeiro Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros, realizado em Paris, em 1956, daria mais um impulso para o desenvolvimento da História da África.

A partir de então, verificou-se um avanço significativo em diversos países. Na Inglaterra, Roland Oliver passou a ensinar na Universidade de Londres, enquanto na França foi criada, na Sorbonne, a cadeira de História da África. Na antiga União Soviética (URSS), o Instituto Etnográfico de Leningrado, atual São Petersburgo, começou a desenvolver um programa sistemático de pesquisa, publicando toda a documentação conhecida sobre a África subsaariana a partir do século XI.

Todavia, o surgimento de estudos sobre a África não se limitou a trabalhos realizados apenas por pesquisadores de origem europeia ou educados nas metrópoles. Como instrumento da luta pela libertação das colônias, na década de 1950 começaram a se desenvolver também, na própria África, estudos so-

---

<sup>14</sup> Veja-se: BARBOSA, Muryatan Santana, 2008, op. cit., p. 51.

<sup>15</sup> Vejam-se: DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado da África*. Lisboa, Sá da Costa, 1981; CORNEVIN, Robert. *Histoire des peuples de l'Afrique noire*. Paris: Berger-Levrault, 1962; OLIVER, Roland; FAGE, John. *A short history of Africa*. Londres: Penguin, 1966; e SURET-CANALE, Jean. *Afrique noire*. Paris: Éditions Sociales, 1958/1962, 2 v.

bre o continente conduzidos por africanos. E o primeiro grande expoente dessa geração de pesquisadores foi o senegalês Cheikh Anta Diop<sup>16</sup>, que retomaria uma tese elaborada no século XIX, segundo a qual o antigo Egito fora uma civilização de negros. De acordo com Muryatan Barbosa, o objetivo de Diop era duplo: “primeiro, defender a africanidade do Egito faraônico e, portanto, do mundo mediterrâneo antigo, de onde teria surgido a maior parte das civilizações indo-europeias. Em segundo lugar, apoiar o princípio da unidade cultural africana”<sup>17</sup>.

Outros trabalhos se seguiram, como o de Abdoulaye Ly, *Campanhas do Senegal*, de 1958, e o poema de Djibril Tamsir Niane, *Sundjata ou o épico mandinga*, de 1960. E nesse mesmo período, o historiador belga Jan Vansina divulgou um estudo essencial para o desenvolvimento de uma metodologia para a pesquisa da História da África, intitulado *A tradição oral*, de 1961<sup>18</sup>.

Contudo, o progresso foi lento. Na Europa, durante muito tempo o estudo de História da África ficou restrito praticamente às antigas metrópoles, enquanto nos EUA, até pelo menos a década de 1960, só havia manifestação de interesse pela África do Norte, de há muito integrada, como se sabe, ao mundo mediterrâneo. No entanto, e no âmbito da luta pelos direitos civis, os esforços empreendidos por afro-americanos culminaram com a inclusão da disciplina no currículo de diversas universidades, inclusive algumas das mais prestigiosas, como Harvard e Yale. Já na URSS, o apoio dado às lutas de independência e a aproximação de várias lideranças africanas com o marxismo levaram à criação de disciplinas voltadas para o ensino da História da África, especialmente no Instituto Etnográfico de Leningrado e na Universidade Patrice Lumumba<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> Cheikh Anta Diop (1923-1986) foi historiador, antropólogo, físico e político, especializado no estudo das origens das raças humanas e da cultura africana pré-colonial. Segundo ele, haveria uma continuidade de trocas culturais entre os povos africanos mais significativa que a variedade de desenvolvimento entre diferentes grupos étnicos. É considerado criador do afro-centrismo, movimento político de caráter nacionalista e de oposição ao racismo. Dentre as principais obras de Cheikh Anta Diop, destacam-se: *Nações negras e cultura*, publicado em 1954, *Anterioridade das civilizações negras*, de 1967, e *As origens africanas da civilização*, de 1974 (veja-se: DIOP, Cheikh Anta. *Nations nègres et culture*. Paris: Éditions Africaines, 1954; *Antériorité des civilisations nègres*. Paris: Présence Africaine, 1967; e *The african origin of civilization*. Nova York: L. Hill, 1974).

<sup>17</sup> BARBOSA, Muryatan Santana, 2008, op. cit., p. 51.

<sup>18</sup> Veja-se: LY, Abdoulaye. *La compagnie du Sénégal*. Paris: Présence Africaine, 1958; NIANE, Djibril Tamsir. *Soundjatata ou l'épopée du manding*. Paris: Présence Africaine, 1960; e VANSINA, Jan. *Oral tradition: a study on historical methodology*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1965.

<sup>19</sup> Veja-se: BARBOSA, Muryatan Santana, 2008, op. cit., p. 53.

Embora o movimento de independência fosse responsável por dar um grande impulso ao desenvolvimento de uma historiografia propriamente africana, as dificuldades continuavam imensas. Primeiramente, como ressaltou Muryatan Barbosa, muitos dos intelectuais que poderiam conduzir a tarefa acabaram por assumir cargos na administração dos Estados surgidos após a libertação<sup>20</sup>. Por outro lado, questões políticas e ideológicas induzidas pela colonização influenciavam o desenvolvimento de uma história sob o prisma africano. De fato, como analisou Josep Fontana,

[...] um dos problemas mais graves e mais insidiosos, entre os muitos que o eurocentrismo criou, foi a influência do mesmo nas novas histórias autóctones, nas quais podem ser encontrados geralmente dois defeitos, que são comuns a um estágio inicial das historiografias do sul da Ásia, da África e da América Latina. O primeiro é a adoção dos modelos historiográficos europeus, o que levou à tentativa de descobrir, no próprio passado, as mesmas etapas que os historiadores europeus identificaram em seus países [...]. A transição de uma história colonial para outra nacionalista era especialmente complexa no caso da África, já que os velhos modelos interpretativos coloniais começavam por excluí-la da história [...] Imediatamente após a independência, os historiadores africanos viram-se estimulados a escrever uma espécie de história 'resistente', oposta à do imperialismo, que usava, porém, os modelos interpretativos europeus para reintegrar o continente no mesmo tipo de história que derivava daqueles esquemas<sup>21</sup>.

De todo modo, desde as décadas de 1960 e 1970, muitas obras de envergadura foram produzidas a respeito da História da África. Especialmente notável é o esforço empreendido por alguns intelectuais africanos, que levaram à organização da *História Geral da África*, resultando numa obra monumental, de oito volumes, editada a partir da década de 1980, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Por outro lado, as imensas dificuldades econômicas, políticas e sociais que os países africanos passaram a enfrentar depois da independência conduziria à necessidade de uma revisão da historiografia africana. Como lembrou Josep Fontana,

---

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>21</sup> FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 457.

[...] o fracasso econômico inicial dos países africanos independentes levou a uma interpretação próxima às teorias latino-americanas da dependência, jogando toda a culpa do atraso no colonialismo. Da velha visão colonialista de um passado africano primitivo, fruto da incapacidade de seus habitantes, que se havia modificado pela ação civilizadora dos europeus, passou-se [...] a uma recuperação otimista da própria história – com reivindicações extremas dos valores africanos, como o da ‘negritude’ do Antigo Egito – que supervalorizava o estado de civilização e desenvolvimento, em termos europeus, da África nos inícios da Idade Moderna. Desse ponto de partida, a explicação do atual subdesenvolvimento reduz-se a estabelecer as culpas do colonialismo<sup>22</sup>.

Nesse fracasso, seria um equívoco afirmar que apenas as nações capitalistas e o processo de sangria das riquezas africanas, por elas implantado a partir do século XVI, seriam responsáveis pelas dificuldades dos novos países em organizar verdadeiros Estados nacionais. As elites africanas têm tido, ao longo da História, um papel substancial nesse processo, aliando-se primeiramente com os traficantes europeus durante o período do comércio negreiro, a seguir com os agentes do poder colonial e, por fim, com os representantes das empresas estrangeiras que continuaram a extrair riquezas da África depois da independência.

Diante disso, mais recentemente tem surgido uma historiografia que contesta alguns dos pressupostos desenvolvidos pelos estudiosos das décadas de 1950 e 1960. Como aponta Muryatan Barbosa, *“a crítica ao eurocentrismo segue sendo uma questão central para os autores contemporâneos que tratam do assunto”*. Segundo ele,

[...] parte do trabalho de autores atuais [...] provém do questionamento de supostos pressupostos da herança crítica anterior, da primeira geração da historiografia sobre a África, tidos como igualmente reprodutores de uma visão de mundo eurocêntrica, tal qual a historiografia colonialista<sup>23</sup>.

Nesse panorama sobre a evolução da História da África, cumpre finalmente assinalar as principais correntes historiográficas que influenciam grande parte dos estudos mais recentes, tanto aqueles de autoria de africanos,

---

<sup>22</sup> Idem, p. 458.

<sup>23</sup> BARBOSA, Muryatan Santana, 2008, op. cit., p. 57.

como de estrangeiros: estruturalismo (Joseph Ki-Zerbo, Marc Ferro<sup>24</sup>, Luiz Felipe de Alencastro<sup>25</sup>), positivismo (Henri Brunschwig<sup>26</sup>, Henk Wesseling<sup>27</sup>), explicativismo (Bill Freund<sup>28</sup>, Alberto da Costa e Silva<sup>29</sup>), compreensivismo (John D. Fage<sup>30</sup>) e culturalismo (John Thornton<sup>31</sup>).

## Algumas questões conceituais e metodológicas

Vista a evolução da História da África como disciplina específica e ramo de pesquisa científica, é necessário ressaltar algumas questões fundamentais que marcaram o desenvolvimento da ideia dos povos africanos como sujeitos da História. A primeira delas diz respeito ao problema da periodização, que implica o questionamento do próprio conceito de História da África colonial e pré-colonial. Para Elikia M'Bokolo, esta é uma divisão completamente equivocada, porquanto extremamente preconceituosa. Segundo ele,

[...] temos de nos decidir de maneira definitiva a deixar de concentrar estes longos séculos sob o epíteto aparentemente cômodo, mas inteiramente anacrônico e errado, de 'pré-coloniais'. Registra-se, com efeito, pelo menos um erro de perspectiva, quando não um preconceito prenhe de implicações intelectuais, mas também políticas, quando se pretende dar um sentido à evolução muito longa e inacabada de um continente a partir do último século de sua história: o século colonial. Semelhante miopia não se explica apenas pelo fato deste século ser o mais próximo de nós. Deriva também do fato de muitos continuarem a aí encontrar a legitimidade das suas posições atuais. Ora, o mínimo que se

---

<sup>24</sup> Veja-se: FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências (séculos XIII a XX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>25</sup> Veja-se: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>26</sup> Veja-se: BRUNSCHWIG, Henri *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

<sup>27</sup> Veja-se: WESSELING, Hank L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1998.

<sup>28</sup> Veja-se: FREUND, Bill. *The making of contemporary Africa: the development of african society since 1800*. Londres: MacMillan Press, 1998.

<sup>29</sup> Vejam-se: COSTA e SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996; e *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca Nacional, 2002..

<sup>30</sup> Veja-se: FAGE, John D. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1995.

<sup>31</sup> Veja-se: THORNTON, John. *Africa and the africans in the making of the Atlantic World (1400-1800)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

pode exigir do historiador é que se abstraia, até onde for possível, das pressões afetivas e sociais do tempo presente<sup>32</sup>.

De acordo com M'Bokolo, a substituição do conceito de África pré-colonial pelo de África tradicional também está eivada de problemas, e o maior deles seria a questão da “invenção das tradições”, conforme o termo cunhado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger<sup>33</sup>. Para Ranger, grande parte das chamadas tradições africanas foi inventada pelos colonizadores com o objetivo claro de facilitar a dominação, e muitas delas foram resultados de adaptações de tradições europeias transplantadas para o contexto africano. Segundo ele,

[...] os políticos, nacionalistas culturais e sem dúvida os historiadores africanos receberam dois legados ambíguos da invenção colonial das tradições inventadas importadas da Europa, que em algumas partes da África ainda exerce sobre a cultura dominante uma influência que praticamente já não existe na própria Europa. Em seu *Prison Diary* [...], Ngugi wa Thiong'o denuncia a elite contemporânea do Quênia: 'Os membros da burguesia cúmplice dos europeus de uma colônia de povoamento consideram-se afortunados. Não precisam viajar e morar no estrangeiro para conhecer e copiar a cultura da burguesia imperialista: pois não a aprenderam dos representantes coloniais culturais a cultura metropolitana? Nutridos no ventre do velho sistema colonial, alcançaram os píncaros de sua cumplicidade, encarando os europeus locais como o alfa e o ômega do refinamento aristocrático e da elegância feminil. [...] O colonizador jogava golfe e polo, ia às corridas de cavalo ou participava de caçadas reais, vestido com jaquetas vermelhas e calças de montaria ... Os alunos negros agora fazem o mesmo, só que com maior zelo: o golfe e os cavalos transformaram-se em instituições 'nacionais'. [...] O segundo legado ambíguo é o da cultura africana 'tradicional', representada por toda a estrutura da 'tradição' reificada, inventada pelos administradores,

---

<sup>32</sup> M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009, v. 1, p. 11.

<sup>33</sup> Segundo Hobsbawm, “por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através de repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9.

missionários, ‘tradicionalistas progressistas’, anciãos e antropólogos coloniais<sup>34</sup>.

Diante disso, M’Bokolo adverte que, no caso da África,

[...] o conceito de ‘civilizações tradicionais’, cuja elaboração, produção e significações constituem um dos objetos da história, não poderia por isso tornar-se, de maneira alguma, um instrumento teórico nas mãos do historiador. Com efeito, não permite ele que se encerre a África Negra numa espécie de opacidade cultural e num imobilismo do qual, para seu bem ou para seu mal, conforme as opiniões, só teria saído sob o efeito dos recursos ou das pressões exteriores?<sup>35</sup>

Outra questão importantíssima para a reconstituição da História da África está relacionada ao fato de que a maior parte dos estudos referentes ao período anterior à colonização está concentrada entre os séculos VII e XVIII. Segundo M’Bokolo,

o século VII [...] é o momento em que, saindo dos ‘séculos obscuros’<sup>36</sup> [...], a África se presta, enfim, a todas as exigências do historiador. Para antes desta época, este é obrigado a colaborar, na maior parte das vezes em situação minoritária, com outros saberes – arqueologia, pré-história, paleontologia, biologia, genética, linguística ... – cujas interrogações e contribuições constantemente renovadas aparecem dotadas de uma fecundidade insubstituível. Mais ou menos a partir do século VII, o historiador dispõe de um poder soberano sobre um domínio cujos limites alarga constantemente e que é capaz, se for necessário, de partilhar com outras disciplinas. Sabe-se que a produção do saber histórico deste período só foi possível graças a consideráveis inovações metodológicas, tais como a

---

<sup>34</sup> RANGER, Terence. A invenção da tradição na África Colonial In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.), 1984, op. cit., p. 268 (grifos do autor).

<sup>35</sup> M’BOKOLO, Elikia, 2009, op. cit., v. 1, pp. 11-12.

<sup>36</sup> De acordo com M’Bokolo, o termo “séculos obscuros” foi cunhado pelo historiador Raymond Mauny em referência aos períodos da História da África pouco conhecidos. Segundo ele, a fórmula “*continua a ser suficientemente verdadeira nos dias de hoje para designar todos os períodos do passado africano a respeito dos quais os especialistas das diferentes disciplinas trabalhando para o conhecimento da humanidade e das suas obras na África se esforçaram – sem grande êxito – para encontrar e produzir dados e fatos sobre os quais construir outra coisa que não fossem mitos. Todavia, estes ‘séculos obscuros’ libertaram muitos segredos, e os véus sucessivamente levantados dão já a respeito das idades mais antigas do continente africano imagens muito afastadas das crenças que durante muito tempo funcionaram como conhecimentos*” (M’BOKOLO, Elikia, 2009, op. cit., v. 1, p. 17).

revalorização e a exploração das fontes orais, e teóricas, como a formulação de perguntas constantemente renovadas ao passado africano<sup>37</sup>.

Ademais, para a realização da pesquisa, a narração e a análise dos fatos, é necessário abandonar os esquemas mentais conhecidos e referenciados na História europeia e ocidental, pois, como assinalou Pierre Bertaux,

[...] o historiador da África tropeça em dificuldades na sua investigação e na sua exposição. Ao dirigir-se a um público ocidental, fica tentado a empregar os termos familiares a este público. Entretanto, esta terminologia evoca noções que nem de longe correspondem às realidades africanas<sup>38</sup>.

Um ponto essencial para o desenvolvimento da ideia dos povos africanos como sujeitos da História, permitindo a reconstrução de seu passado, diz respeito à própria metodologia a ser adotada, ou seja, aos problemas das fontes, da utilização de ciências auxiliares, e dos próprios princípios norteadores da pesquisa.

No que tange às fontes, estas podem ser classificadas em três grandes grupos: as arqueológicas, as escritas e as orais. Quanto às primeiras, isto é, as arqueológicas, têm sido, há muito tempo, das mais utilizadas na reconstituição histórica africana, permitindo-nos o conhecimento sobre algumas de suas mais significativas realidades passadas. Com efeito,

[...] os testemunhos mudos revelados pela arqueologia são em geral mais eloquentes do que os testemunhos oficiais dos autores de certas crônicas. A arqueologia [...] já deu uma contribuição valiosa à história africana, sobretudo quando não há crônica oral ou escrita disponível<sup>39</sup>.

Quanto às fontes escritas, é preciso, antes de tudo, levar em conta a observação de Henk Wesseling. Segundo ele,

[...] por razões culturais, os africanos produziram menos material escrito sobre história africana que os europeus, e, por razões climáticas, pouco desse material chegou até nossas mãos. Isso significa que a maioria das fontes é exógena. Elas provêm de estrangeiros, sejam eles viajantes gre-

---

<sup>37</sup> Idem, p. 12.

<sup>38</sup> BERTAUX, Pierre. *Africa: desde la prehistoria hasta los años sesenta*. Madri: Siglo XXI, 1994, p. 13 (tradução nossa – MGM).

<sup>39</sup> KI-ZERBO, Joseph. Introdução In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, v. 1, p. 26.

gos, romanos ou árabes, geógrafos, comerciantes ou administradores europeus<sup>40</sup>.

De todo modo, as fontes escritas podem ser classificadas, segundo Joseph Ki-Zerbo, de acordo com as seguintes categorias: 1) fontes antigas (egípcias, núbias, greco-latinas); 2) fontes árabes; 3) fontes europeias ou russas (narrativas ou de arquivos); 4) fontes africanas 'recentes' (meroítas, etíopes, em língua ou em escrita árabe, em escrita africana moderna, em língua europeia); e 5) fontes asiáticas ou americanas. Ainda de acordo com Ki-Zerbo, *"as fontes árabes contam-se entre as mais importantes por várias razões. Em particular, porque podem elucidar grandes períodos obscuros desta história, e estamos longe de haver extraído delas toda a moela histórica com as substâncias que nos oferece"*<sup>41</sup>.

As fontes escritas são, contudo, limitadas, pois, como lembrou o próprio Ki-Zerbo,

[...] quando não são raras, [...] encontram-se mal distribuídas no tempo e no espaço. Os séculos mais 'obscuros' da história africana são justamente aqueles que não se beneficiam do saber claro e preciso que emana dos testemunhos escritos, por exemplo, os séculos imediatamente anteriores e posteriores ao nascimento de Cristo (a África do norte é uma exceção)<sup>42</sup>.

Ademais, há que considerar que a maior parte dos arquivos existentes foram criados e alimentados por estrangeiros, notadamente os colonizadores europeus, o que, evidentemente, restringe as suas condições de confiabilidade.

Por fim, há a tradição oral. Este tipo de fonte tem tido importância capital para a reconstituição da História da África, porquanto

[...] as civilizações africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram, em grande parte, civilizações da palavra falada, mesmo onde existia a escrita, como na África ocidental a partir do século XVI, pois muito poucas pessoas sabiam escrever, ficando a escrita muitas vezes relegada a um plano secundário em relação às preocupações essenciais da sociedade<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> WESSELING, Henk. História de além mar In: BURKE, Peter (Org.), 1992, op. cit., p. 110-111.

<sup>41</sup> KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*, s.d., op. cit., v. 1, p. 15.

<sup>42</sup> KI-ZERBO, Joseph. Introdução In: KI-ZERBO, Joseph (Org.), 1982, op. cit., v. 1, p. 25.

<sup>43</sup> VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia In: KI-ZERBO, Joseph (Org.), 1982, op. cit., v. 1, cap. 7, p. 157.

Dessa forma, como bem salientou A. Hampaté Bã,

[...] quando falamos em tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimento de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos<sup>44</sup>.

Não se pode esquecer, contudo, que a utilização desse tipo de fonte tem limitações óbvias, as quais podem ser superadas por meio de sua confrontação com fontes escritas e arqueológicas. De qualquer forma, *“onde não há nada ou quase nada escrito, as tradições orais devem suportar o peso da reconstrução histórica”*<sup>45</sup>.

Em suma, a reconstituição da história da África se faz por intermédio de um trabalho minucioso, que deve mesclar fontes escritas, orais e arqueológicas, mediante o desenvolvimento de novos métodos e técnicas de investigação. Afinal, como assinalou Henk Wesseling, *“a absoluta escassez de fontes proporcionou um enorme estímulo ao desenvolvimento de novas técnicas e métodos. O passado tinha de ser interrogado por outros meios”*<sup>46</sup>.

Com relação às ciências auxiliares da História, estas são, especialmente, a Linguística e a Antropologia. Quanto à primeira delas, configura-se como um importantíssimo instrumento de reconstrução das migrações e do roteiro das influências sofridas pelos diversos povos africanos. Já a Antropologia, pode ser dividida em cinco grandes tipos de abordagens. O primeiro refere-se ao evolucionismo, influenciado pelo darwinismo social, e que vigorou principalmente entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa tendência constituiu uma justificativa para o próprio colonialismo, porquanto permitia explicar a dominação e a exploração dos brancos sobre povos supostamente primitivos como uma missão civilizatória.

Uma segunda abordagem diz respeito ao difusionismo de sentido único, pelo qual a África seria vista como um escoadouro para o conhecimento produzido por europeus, evidentemente considerado superior por seus divulgadores. A terceira abordagem é a funcionalista, cujo principal expoente é Bronislaw Malinowski, que contribuiu de modo significativo para a compreensão de sociedades tidas como primitivas. Aliás, *“os funcionalistas*

---

<sup>44</sup> BÃ, A. Hampaté. A tradição viva In: KI-ZERBO, Joseph (Org.), 1982, op. cit., v. 1, cap. 8, p. 181.

<sup>45</sup> VANSINA, J. apud PRINS, Gwyn. História oral In: BURKE, Peter (Org.), 1992, op. cit., p. 165.

<sup>46</sup> WESSELING, Henk. História de além-mar In: BURKE, Peter (Org.), 1992, op. cit., p. 111.

*conseguiram outros importantes progressos graças a um método que não se limitava ao questionamento de informantes, mas valia-se sobretudo da observação participante e da exploração cuidadosa e prolongada do local de pesquisa*<sup>47</sup>.

Todavia, uma ressalva deve ser feita. Na verdade, essa perspectiva nega dimensão histórica às chamadas sociedades primitivas, estabelecendo uma noção de presente antropológico que ignora as transformações históricas.

As duas últimas abordagens são a marxista e a estruturalista. No caso da Antropologia marxista, a História é entendida como consciência coletiva em ação. Já o estruturalismo constitui uma tentativa de desvendar os mecanismos inconscientes mas lógicos:

[...] a abordagem marxista, com a condição de não ser dogmática, e a abordagem estruturalista de Lévi-Strauss contribuem [...] com observações válidas, mas opostas, sobre a evolução dos povos ditos sem escrita. O método marxista, essencialmente histórico [...], insiste muito mais nas forças produtivas e nas relações de produção, na práxis e nas normas; o método estruturalista, por sua vez, quer desvendar [...] os conjuntos coerentes que sustentam e enquadram a ação dos espíritos e das sociedades<sup>48</sup>.

Finalmente, quanto aos princípios norteadores da pesquisa, quatro aspectos devem ser considerados. O primeiro deles diz respeito à interdisciplinaridade, essencial para que se possa conhecer a História da África. Em segundo lugar, há que estabelecer uma cronologia, cujos marcos periódicos devem ser fixados pela realidade africana, e não a partir de uma visão eurocêntrica. A seguir, deve-se considerar a própria ideia de tempo histórico. Com efeito, a concepção moderna de tempo é baseada na escrita, nas religiões universalistas e na ideia de acumulação, noções absolutamente inadequadas para a compreensão da realidade africana.

A grande reviravolta na concepção africana do tempo se opera sobretudo pela entrada desse continente no universo do lucro e da acumulação monetária. Só agora o sentido do tempo individual e coletivo se transforma pela assimilação dos esquemas mentais em vigor nos países que influen-

---

<sup>47</sup> CURTIN, P. D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição a história em geral In: KI-ZERBO, Joseph (Org.), 1982, op. cit., v. 1, cap. 3, p. 80.

<sup>48</sup> KI-ZERBO, Joseph. Introdução In: KI-ZERBO, Joseph (Org.), 1982, op. cit, v. 1, p. 34.

ciam os africanos econômica e culturalmente. Descubrem então que, em geral, é o dinheiro que faz a história<sup>49</sup>.

Como se vê, para o desenvolvimento de uma História da África e dos africanos, e não apenas uma História dos europeus na África, é fundamental que se abandone a visão eurocêntrica e que se estabeleçam novos parâmetros conceituais e metodológicos para a pesquisa. Joseph Ki-Zerbo assim resumiu a questão dos princípios norteadores da investigação a respeito da História da África:

Primeiramente, a interdisciplinaridade, cuja importância é tal que chega a constituir por si só uma fonte específica. [...] Outra exigência imperativa é que essa história seja enfim vista do interior, a partir do pólo africano, e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros; a consciência de si mesmo e o direito à diferença são pré-requisitos indispensáveis à constituição de uma personalidade coletiva autônoma. [...] Além disso, essa história é obrigatoriamente a história dos povos africanos em seu conjunto, considerada como uma totalidade que engloba a massa continental propriamente dita e as ilhas vizinhas como Madagascar [...]. É claro que a história da África integra o setor mediterrâneo numa unidade consagrada por muitos laços milenares. [...] Tais laços fazem da África, de um lado e do outro da dobradiça do Saara, os dois bates de uma mesma porta, as duas faces de uma mesma moeda. [...] Além disso, esta história deverá evitar ser excessivamente fatural, pois com isso correria o risco de destacar em demasia as influências e os fatores externos<sup>50</sup>.

Tendo em vista o que foi apontado, é preciso salientar, enfim, a necessidade de se desenvolver uma História da África a partir de um pólo africano, com a constituição de uma personalidade histórica autônoma. Isto requer uma tomada de consciência sobre o ser africano, preservando-se o direito à diferença. *“A História da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita”*<sup>51</sup>.

Só assim as conexões com o mundo poderão ser entendidas como resultado de influências recíprocas. Quanto à necessidade de novos parâmetros conceituais, ressalte-se que isto só será possível na medida em que a História

---

<sup>49</sup> HAMA, Boubou; KI-ZERBO, Joseph. Lugar da história na sociedade africana In: KI-ZERBO, Joseph (Org.), 1982, op. cit., v. 1, cap. 2, p. 71.

<sup>50</sup> KI-ZERBO, Joseph. Introdução In: KI-ZERBO, Joseph (Org.), 1982, op. cit., v. 1, p. 35-41.

<sup>51</sup> Idem, p. 21.

seja, finalmente, escrita em línguas africanas. Afinal, “descolonizar a história é precisamente derrubar as falsas teorias e todos os preconceitos criados pelo colonialismo para melhor assentar seu sistema de dominação e exploração e justificar a política de intervenção”<sup>52</sup>. Nesse sentido,

[...] o papel dos historiadores da África [...] assume particular importância, provavelmente pelo fato de a história africana ter sido mais negligenciada que a das regiões não europeias equivalentes e porque os mitos racistas a desfiguraram ainda mais que a estas últimas. Em razão de seu caráter multiforme, o racismo é, como se sabe, um dos flagelos mais difíceis de extirpar. Teorizado sob diversas formas desde o século XVI, ele se encarnou na história de modo agudo [...] Mas a cura dos preconceitos é demorada, pois o racismo se espalhou de forma difusa e imanente nos manuais escolares, nos filmes e programas de rádio e televisão facciosos, e na presença de ‘dados’ psíquicos mais ou menos consistentes trazidos às vezes pela educação religiosa e com mais frequência ainda pela ignorância e pelo obscurantismo. Nessa batalha, o ensino científico da história dos povos constitui a arma estratégica decisiva. [...] Os racistas não cessavam de proclamar que a história da África não tinha importância nem valor: os africanos não poderiam ser os autores de uma ‘civilização’ digna desse nome e por isso não havia entre eles nada de admirável que não houvesse sido copiado de outros povos. É assim que os africanos se tornaram objeto – e jamais sujeito – da história<sup>53</sup>.

## Referências

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BÃ, A. H. A tradição viva In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, v.

BARBOSA, M. S. Eurocentrismo, história e história da África. **Sankofa. Revista de História e de Estudos da Diáspora Africana**. São Paulo, nº 1, junho/2008.

BERTAUX, P. **África: desde la prehistoria hasta los años sesenta**. Madri: Siglo XXI, 1994.

---

<sup>52</sup> NIANE, D. T. Introdução In: NIANE, D. T. (Org.). *História geral da África: a África do século XII ao século XVI*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1988, v. 4, p. 35.

<sup>53</sup> CURTIN, P. D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral In: KI-ZERBO, Joseph (Org.), 1982, op. cit., v. 1, cap. 3, p. 75-76.

- BLOCH, M. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.
- BRAUDEL, F. **História e ciencias sociais**. Lisboa: Presença, 1972.
- BRUNSCHWIG, H. **A partilha da África negra**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CORNEVIN, R. **Histoire des peuples de l'Afrique noire**. Paris: Berger-Levrault, 1962.
- COSTA e SILVA, A. da. **A enxada e a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Biblioteca Nacional, 2002.
- CURTIN, P. D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição a história em geral *In*: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, v.
- DAVIDSON, B. **A descoberta do passado da África**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- DIOP, C. A. **Nations nègres et culture**. Paris. Éditions Africaines, 1954.
- \_\_\_\_\_. **Antériorité des civilisations nègres**. Paris: Présence Africaine, 1967.
- \_\_\_\_\_. **The african origin of civilization**. Nova York: L. Hill, 1974.
- FAGE, J. D. **História da África**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- FÉBVRE, L. **Combates por la historia**. Barcelona: Ariel, 1971.
- FERRO, M. **História das colonizações: das conquistas às independências (séculos XIII a XX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FONTANA, J. **A história dos homens**. Bauru: Edusc, 2004.
- FREUND, B. **The making of contemporary Africa: the development of african society since 1800**. Londres: MacMillan Press, 1998.
- HAMA, B., KI-ZERBO, J. Lugar da história na sociedade africana *In*: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, v. 1.
- HOBSBAWM, E. J. Todo povo tem história. *In*: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KI-ZERBO, J. **História da África negra**. Lisboa. Publicações Europa-América, s. d., 2 v.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, v.

LY, A. **La compagnie du Sénégal**. Paris: Présence Africaine, 1958.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

M'BOKOLO, E. **África negra: história e civilizações**. Salvador/São Paulo: EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009, v. 1.

NIANE, D. T. **Soudjata ou l'épopée du manding**. Paris: Présence Africaine, 1960.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: NIANE, D. T. (Org.). **História geral da África: a África do século XII ao século XVI**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1988. v. 4.

OLIVER, R.; FAGE, J. **A short history of Africa**. Londres: Penguin, 1966.

PRINS, G. História oral In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. **Sistemas africanos de parentesco y matrimonio**. Barcelona; Anagrama, 1982.

\_\_\_\_\_. **Radcliffe-Brown: antropologia**. São Paulo: Ática, 1995.

SPENCER, H. **El hombre contra el Estado**. Buenos Aires: Aguilar, 1963.

SURET-CANALE, J. **Afrique noire**. Paris: Éditions Sociales, 1958/1962, 2 v.

THORNTON, J. **Africa and the africans in the making of the Atlantic World (1400-1800)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

VANSINA, J. **Oral tradition: a study on historical methodology**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1965.

\_\_\_\_\_. A tradição oral e sua metodologia In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, v. 1.

WARD, W. E. F. **A history of Ghana**. Nova York: Frederick Praeger, 1963.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)**. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1998.

WESSELING, H. L. História de além-mar. *In*: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.